PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
ATOrd 0001831-48.2010.5.02.0262
RECLAMANTE: SIDNEY ALVES
RECLAMADO: TAWIL SERVICOS SS LTDA E OUTROS (2)

Edital de Leilão Judicial Unificado

2ª Vara do Trabalho de Diadema/SP

Processo nº 0001831-48.2010.5.02.0262

O(A) Juiz(a) do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 03/12/2026, às 10:08 horas, através do portal do(a) leiloeiro(a) Cleber Cardoso Pereira - www.clebercardosoleiloes.com.br - serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **SIDNEY ALVES, CPF: 127.690.428-23 , exequente, e TAWIL SERVICOS SS LTDA, CNPJ: 01.499.717/0001-92; TANIA DOS SANTOS BOCCUGGI, CPF: 039.104.628-47; DAVID FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF: 314.805.468-79,** executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

A Fração Ideal de 50% do IMÓVEL MATRÍCULA 6.131 do CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PRESIDENTE WENCESLAU/SP, de propriedade de Tania dos Santos Boccugi Freitas de Oliveira CPF nº 039.104.628-47. Contribuinte Municipal nº 1-2-064-0364-01. DESCRIÇÃO: O terreno, constituído pelo lote nº 23, da quadra nº 7, medindo 12,00 metros de frente, igual metragem na linha dos fundos, por 30,00 metros da frente aos fundos, em ambos os lados, perfazendo 360,00 metros quadrados, dividindo pela frente, com a rua 2/A; nos fundos, com o lote nº 10; de um lado, com o lote nº 22; e, finalmente de outro lado, com o lote nº 24, todos da mesma quadra, localizado no lado ímpar da citada rua 2/A, numa distancia de 65,43 metros do cruzamento desta, com a Av. Maria Nunes Ribeiro, sem benfeitorias. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o oficial de justiça que: "(Id: 25e80d4) Em visita ao local, constatei que sobre o imóvel não há benfeitorias. (...) OBS: Segundo apurei junto ao Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal desta cidade, a rua 2/A do Loteamento Jd. Nova Ipanema passou a se chamar R. Manuel Maria da Silva. O terreno esta localizado do lado esquerdo do imóvel de numero 71."; 2) Nos termos do art. 79, §§ 6º e 7º da

PJe Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/10/2026, às 05:07:00 - 37ebced

Consolidação das Normas da Corregedoria (provimento GP/CR nº 04/2026), o adquirente ficará isento dos débitos tributários cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse dos bens e direitos adquiridos em leilão judicial ou por iniciativa particular, inscritos ou não na dívida ativa, bem como dos débitos não tributários de natureza propter rem relativos ao referido bem, que se sub-rogarão no preço da aquisição, observada a ordem de preferência; 3) Eventuais despesas cartorárias decorrentes do registro da arrematação, inclusive a baixa de eventuais gravames (cancelamento de penhoras e/ou indisponibilidades), poderão ficar a cargo do arrematante, na forma do art. 320-G do Provimento CNJ n° 149/2023, ressalvada eventual decisão do Juízo da Execução em sentido contrário, na forma do art. 320-C do Provimento CNJ n° 149/2023. Valor Total da Avaliação da Fração Ideal de 50% do Imóvel em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Local dos bens: Rua Manuel Maria da Silva (O terreno esta localizado do lado esquerdo do imóvel de numero 71) - Presidente Venceslau/SP

Total da avaliação: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Lance mínimo do leilão: 100%

Leiloeiro(a) Oficial: Cleber Cardoso Pereira

Comissão do(a) Leiloeiro(a): 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica, nos termos dos artigos 79 e seguintes da Consolidação das Normas da Corregedoria - CNC do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Provimento GP/CR nº 04/2026).

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao(à) leiloeiro(a), por e-mail juridico01@clebercardosoleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão, no entanto, a oferta de lances deverá ser feita diretamente no site do(a) leiloeiro(a).

O(a) arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do(a) leiloeiro(a), calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica

PJe Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/10/2026, às 05:07:00 - 37ebced

Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do(a) leiloeiro(a) será paga diretamente a ele(a) mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o(a) arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O(a) arrematante interessado(a) em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do(a) leiloeiro(a), com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte a cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante em até **10 (dez) parcelas mensais**, as quais serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA - IBGE) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a **R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo(a) Juiz(a) Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo(a) Juiz(a), ou no caso da sua não apresentação ao(à) Leiloeiro(a) no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o(a) arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o(a) exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor

PJe Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/10/2026, às 05:07:00 - 37ebced

devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do(a) leiloeiro(a) oficial ou de quem este(a) indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o(a) leiloeiro(a) oficial o compromisso de depositário(a) fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 16 de outubro de 2026.

JOAO CARLOS DA VEIGA
Servidor

Documento assinado eletronicamente por JOAO CARLOS DA VEIGA, em 16/10/2026, às 05:07:00 - 37ebced
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26101605065604900000493381115?instancia=1
Número do processo: 0001831-48.2010.5.02.0262
Número do documento: 26101605065604900000493381115